

Brasil pode obter condições melhores que as do México

Por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O Brasil tem boas chances de obter dos seus credores internacionais, na próxima rodada de negociações da dívida externa, condições mais favoráveis do que aquelas alcançadas pelo México não só no "spread" cobrado sobre os juros de mercado como também no prazo de carência. Esta expectativa dentro do governo foi reforçada a partir do balanço da recente viagem que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, desenvolveu no exterior para os primeiros contatos com os principais bancos credores em Nova York e em Londres.

"Apesar do caráter informal dos encontros que manteve, o ministro pôde sentir no meio financeiro internacional uma sensível diferença no trato da dívida externa brasileira, e esta mudança de comportamento se deu em função basicamente dos excelentes resultados do programa de ajuste econômico, em especial nas metas da área externa."

A indicação foi transmitida a este jornal ontem pelo chefe da Assessoria Internacional da Seplan e principal interlocutor do ministro



José Botafogo Gonçalves

Delfim Netto para questões externas, o embaixador José Botafogo Gonçalves. Conforme frisou, os olhos dos banqueiros estão sempre voltados para o desempenho do programa de ajuste econômico e, neste aspecto, "nossa performance foi melhor do que a do México". Os principais pontos a favor do Brasil são os resultados do saldo da balança comercial — cuja meta de US\$ 9,1 bilhões já foi refeita para US\$ 12 bilhões — e da reserva internacional. "A questão mexicana tem de ser olhada apenas como um parâme-

tro dentro de um mercado que se mostra conturbado, mas é preciso ter em conta que as vantagens a ser obtidas pelo Brasil nada têm a ver com as condições acertadas pelo México, mas serão resultado do esforço feito internamente."

Com tudo isto, trabalha-se com a perspectiva de o Brasil conseguir dos banqueiros, na próxima rodada de negociações com o comitê de assessoramento da dívida externa brasileira, a ser acionada no final de outubro, em Nova Iorque, um "spread" em torno de 1% sobre a taxa de juros internacional a "Libor" (taxa interbancária de Londres) e a "prime-rate" (taxa preferencial norte americana). Na última negociação, os níveis de "spread" foram fixados em 2% sobre a Libor e em 2,125% sobre a "prime-rate". O México conseguiu um "spread" de 1,125% sobre a Libor.

Condições mais favoráveis são esperadas também para o prazo de carência, que na situação do México foi estabelecido em apenas um ano. Um ponto passível ainda de definição dentro do próprio governo brasileiro é o tratamento a ser dado à questão do prazo para pagamento das parcelas em vencimento. "Não existe ainda uma posição formal a respeito do prazo, pois o tema é controvertido: uns alegam que é melhor para o Brasil negociar por um ano, à semelhança do que vem fazendo, outros acham interessante optar pelo prazo plurianual, como fez o México." A questão toda, conforme explicou o embaixador, é que uma negociação mais ampla, de quatro ou cinco anos para escalonamento do prazo de pagamento, amarra as condições da dívida por um prazo razoável e pode dificultar o acesso a outras vantagens consideradas essenciais, como o nível das taxas de juros externas. Esta posição joga com a perspectiva de que os juros poderão ser objeto de definição que favoreça os devedores em um processo de entendimento com os governos credores a partir da mudança na administração norte-americana. "Aqui no Brasil nós também teremos uma mudança de governo, e talvez o mais indicado seja deixar para a próxima administração uma brecha para que possa optar pelas condições que considerar melhores", externou o embaixador.

Quanto à reunião do gru-

po de onze países latino-americanos iniciada ontem, em Mar Del Plata, Botafogo Gonçalves não espera nenhum resultado concreto.